



CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

Conselho Municipal de Saúde de Coimbra

Ata n.º 6

Ordem de Trabalhos: -----

Período antes da Ordem do Dia: -----

Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Coimbra; -----

Intervenções dos Membros do Conselho Municipal de Saúde de Coimbra. -----

Ordem do Dia: -----

1 - Aprovação da Ata da reunião do dia 06 de julho de 2023; -----

2 - Ponto de Situação da Transferência de Competências na Área da Saúde; -----

3 - Ponto de Situação da Execução da Estratégia Municipal de Saúde; -----

4 - Sugestões dos Membros do Conselho Municipal de Saúde de Coimbra para ações a desenvolver; -----

5 - Outros Assuntos. -----

----- Aos treze dias do mês de julho de dois mil e vinte e quatro, pelas catorze horas e quarenta e cinco minutos, na Sala Mondego do Convento de São Francisco, sob a presidência do Professor Doutor Francisco Veiga, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, em regime de substituição legal do Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, Doutor José Manuel Silva, na sequência de convocatória, reuniu ordinariamente o Conselho Municipal de Saúde de Coimbra, com a presença do Dr. Victor de Carvalho, representante das Juntas de Freguesia, da Dr.^a Isabel Pechincha e do Arqt. Luis Bernardo em representação da ARS Centro, da Dr.^a Sara Silva, representante da Unidade Local de Saúde, do Dr. José Carvalho da Costa, Vice-Presidente da União das IPSS, da Dr.^a Maria Emília dos Santos, representante dos Serviços de Segurança Social, e da Dr.^a Helena Pinho, representante das Associações da Área da Saúde. -----

----- Os membros, Dr. Hernâni Caniço, Vereador da Câmara Municipal de Coimbra, Dr.^a Alexandra Bento representante da Ordem dos Nutricionistas, Dr. João Pedro Pimentel diretor do Departamento de Saúde Pública da ARS Centro, Dr. Fernando Amaral Presidente da Escola de Enfermagem de Coimbra, Dr. Salomão Rocha Representante da Região Centro do Conselho Diretivo da Ordem dos Médicos Dentistas, e Dr. António Lopes, Bastonário da Ordem dos Fisioterapeutas, não estiveram presentes no plenário, tendo justificado a sua ausência. -----

----- Os membros, Dr. Luis Marinho, Presidente da Assembleia Municipal de Coimbra, Dr.^a Almerinda Marques, Diretora Clínica para a área dos Cuidados de Saúde Primários da Unidade

Local de Saúde de Coimbra, Dr.^a Margarida Pocinho, Deputada, Dr. Carlos Reis Figueiredo Presidente da Secção Regional do Centro da Ordem dos Arquitetos, Dr. Manuel Veríssimo, Presidente da Secção Regional do Centro da Ordem dos Médicos, Dr. João Redondo, Diretor da Coordenação Regional de Saúde Mental da ARS Centro, a Dr.^a Ana Malho, Diretora do Departamento de Gestão Urbanística, Eng.^a Ana Pimentel, Diretora do Departamento de Edifícios e Equipamentos Municipais, Eng. Luís Santos Costa, Diretor do Departamento de Espaço Público, Dr.^a Maria Carlos, Diretora do Departamento de Cultura e Turismo, Dr. António Martins, Diretor do Departamento de Ambiente e Sustentabilidade, Dr.^a Regina Ferreira, Diretora do Departamento Financeiro, Dr. Gilberto Lopes, Diretor do Departamento de Administração Geral, Dr. Nuno Pimenta, Diretor do departamento de Tecnologias de Informação e Inovação Digital Dr.^a Maria Antónia Rodrigues chefe da Divisão de Juventude, Dr.^a Filipa Borges, chefe de Divisão de Desporto, e o Comandante dos Bombeiros Sapadores de Coimbra, Eng. Paulo Palrilha, não estiveram presentes no plenário, não tendo justificado a sua ausência. -----

----- Estiveram ainda presentes, ao abrigo do n.º 2 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 23/2019, vinte e uma entidades de reconhecido mérito na área da saúde: a Secção Regional do Centro da Ordem dos Enfermeiros, representada pelo Presidente, o Enfermeiro Valter Amorim, o Instituto Português de Oncologia de Coimbra Francisco Gentil, E.P.E., representado pela Presidente do Conselho de Administração, Dr.^a Maria Margarida Ornelas; a Deputada da Assembleia Municipal de Coimbra, Dr.^a Lúcia Santos; o Deputado da Assembleia Municipal de Coimbra, Dr. Carlos Nunes da Silva; a Secção Regional do Centro da Ordem dos Farmacêuticos, representada pelo Vogal, Dr. Paulo Santos; a Delegação Regional do Centro da Ordem dos Psicólogos Portugueses, representada pelo vogal Dr. Sérgio Viana; o Departamento de Ação e Habitação Social da Câmara Municipal de Coimbra, representado pela Dr.^a Carla Feliciano; o Departamento de Estudos Estratégicos, Planeamento e Desenvolvimento Territorial da Câmara Municipal de Coimbra, representado pelo Diretor, Dr. Rui Campino; o Departamento de Desenvolvimento Económico, Empreendedorismo, Competitividade e Investimento da Câmara Municipal de Coimbra, representado pelo Diretor, Dr. António Albuquerque; o Departamento de Educação e Saúde da Câmara Municipal de Coimbra, representado pelo Diretor, Dr. Fernando Rovira; o Departamento de Recursos Humanos da Câmara Municipal de Coimbra, representado pela Diretora, Dr.^a Elsa Marques, a Polícia Municipal de Coimbra, representada pelo Comandante Diretor, Comissário Celso Marques; a Delegação Centro da Associação Nacional das Farmácias, representada pela Presidente, Dr.^a Paula Miranda e Dr.^a Francisca Gomes; a Associação das Farmácias de Portugal, representada pela Vice-Presidente, Dr.^a Manuela Pacheco; a Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Coimbra, representada pela Vice-Presidente, Professora Doutora Nádía Osório; a Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física da Universidade de Coimbra, representada pela Professora Doutora Paula Tavares; a Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra, representada, pela Professora Doutora Isabel Vitória; a Faculdade de

Medicina da Universidade de Coimbra, representada pela Professora Doutora Marília Dourado; a Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, representada pelo Subdiretor Marco Pereira, e o Centro de Saúde Militar, representado pelo Senhor Major Paulo Dinis. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

Intervenção do Vice-Presidente da Câmara Municipal de Coimbra -----

----- O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de Coimbra e Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Coimbra em regime de substituição legal, Professor Doutor Francisco Veiga, deu início ao plenário, em cumprimento do disposto no número dois do artigo oitavo do regimento do Conselho Municipal de Saúde de Coimbra. No que ao Período Antes da Ordem do Dia diz respeito, começou por indicar que estaria a assumir a presidência do Conselho Municipal de Saúde, a pedido do Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, que chegaria um pouco mais tarde, por motivos de força maior. Após tal informação, cumprimentou todos os presentes, membros e convidados, e agradeceu a disponibilidade de todos para a presença naquela reunião. ----- Não tendo havido intervenções por parte dos membros, os trabalhos avançaram para o período da Ordem do Dia. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

Ponto Um - Aprovação da Ata da reunião do dia 06 de julho de 2023 -----

----- O Vice-Presidente da Câmara Municipal de Coimbra deu início ao ponto, questionando sobre eventuais sugestões ou correções que os conselheiros presentes no plenário anterior pudessem ter a apresentar. No respeitante à página sexta da ata em análise, a Presidente do Conselho de Administração do Instituto Português de Oncologia de Coimbra Francisco Gentil, E.P.E., Dr.^a Margarida Ornelas, solicitou que, no respeitante à sua intervenção, a expressão “na questão dos acessos” fosse substituída por “na questão do acesso”. Tendo sido corrigido o erro e nada mais havendo a acrescentar, a ata da reunião de dezasseis de julho de dois mil e vinte e três do Conselho Municipal de Saúde de Coimbra foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. ---

Ponto Dois - Ponto de Situação da Transferência de Competências na área da Saúde -----

----- O Professor Doutor Francisco Veiga indicou que o ponto de situação da Transferência de Competências na área da Saúde seria exposto pelo técnico do Departamento de Educação e Saúde, Dr. Tiago Morais, tendo por base uma apresentação que se anexa à presente ata. Informou ainda que, com a referida apresentação, seria possível verificar que os valores que foram indicados, a assumir pela Câmara Municipal de Coimbra, eram de uma enorme disparidade em relação aos valores efetivos que a autarquia tem vindo efetivamente a assumir. O que se traduzia num enorme prejuízo para o Município de Coimbra. Terminada a apresentação, o Professor Doutor Francisco Veiga agradeceu ao técnico e solicitou aos presentes que se pronunciassem face ao exposto sobre aquela matéria. -----

Intervenção do Vice-Presidente da Câmara Municipal de Coimbra -----

----- O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de Coimbra enfatizou a diferença entre o valor a ser transferido pela Administração Regional de Saúde do Centro, I.P e o valor a ser assumido pelo Município, o que representava um milhão e quarenta e oito mil euros de déficit para a Câmara Municipal de Coimbra. Ressalvou ainda que, havia sido prometido, por parte do adjunto do anterior Ministro da Saúde, Dr. Eduardo Leal, que seria dada à Câmara Municipal de Coimbra uma cota de trinta e nove assistentes operacionais, o que na prática não se verificou, uma vez que, no máximo, seriam vinte seis, uma diferença negativa de treze assistentes operacionais, o que correspondia a um valor muito significativo. -----

----- Quanto ao transporte de profissionais de saúde para os domicílios dos utentes, o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de Coimbra referiu que as estimativas recebidas relativamente ao ano 2023 rondavam os 120 mil euros e que o valor projetado para 2024 era perto do dobro, 232 mil euros. Apesar de não ter encarado esta projeção como uma certeza, deu como exemplo os custos incompreensíveis do Centro de Saúde de Fernão Magalhães que, até ao momento, representavam 44 mil euros em transporte de táxis. Tendo presente estas situações, clarificou que a Câmara Municipal de Coimbra abriu um concurso para assistentes operacionais com múltiplas funções, de forma a que não se pudessem refugiar na execução apenas das funções inerentes ao assistente operacional, mas que pudessem, nomeadamente, transportar profissionais de saúde, ou seja, que estivessem habilitados a conduzir e a exercer funções de recolha de resíduos hospitalares, uma vez que os custos com o SUCH - Serviço de Utilização Comum dos Hospitais também era imensurável. Acrescentou que o Município de Coimbra recebeu cinco viaturas, das quais duas estavam no ativo, uma estava inoperacional e as restantes duas viaturas em estaleiro, por não haver assistentes operacionais disponíveis para as conduzir. Somou, a isso, a promessa de que a Administração Regional de Saúde do Centro, I.P iria transferir para a ULS, inicialmente em março de 2024, agora em dezembro desse mesmo ano, sete viaturas elétricas que iriam ser distribuídas pelas Unidades de Saúde de forma a reduzir naturalmente a fatura completamente incompreensível de transporte de profissionais de saúde, passando a Câmara Municipal de Coimbra a ter nove viaturas. Indicou que se encontrava a decorrer um concurso para assistentes operacionais e que seria importante que essa questão estivesse resolvida até ao final do ano corrente, para que o ano de 2025 pudesse ser menos oneroso para o Município de Coimbra e, consequentemente, para o Estado, e para que não houvesse a necessidade de apresentar faturas tão avultadas, nomeadamente à Direção-Geral das Autarquias Locais, uma vez que a Câmara de Coimbra iria receber no final do ano cerca de um milhão e oito centos mil euros e ia gastar quase três milhões. -----

----- O Professor Doutor Francisco Veiga continuou a sua intervenção, referindo que o problema do Município de Coimbra não seria apenas a despesa, mas sim o enorme encargo destes custos para a tesouraria do próprio Município, que ficava impossibilitado de assegurar outros

serviços. Prosseguiu, referindo que tinha sido isso que tinha levado a que o senhor Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, quando teve conhecimento da decisão de abertura aos fins-de-semana dos Centros de Saúde de Celas e Fernão de Magalhães, tivesse tomado a decisão de que os encargos das decisões tomadas pela Unidade Local de Saúde de Coimbra, EPE teriam de ser assumidas pela mesma, dado que o Município de Coimbra deixou de ter orçamento. Acrescentou que a Câmara Municipal de Coimbra teve de deslocalizar verbas de outros projetos, dado que foi necessário o dobro das verbas envolvidas nos táxis, tendo sido necessário orçamentar duzentos e quarenta mil euros, em vez de cento e vinte mil euros, para a abertura de concurso para táxis, o que se traduziu num péssimo negócio para a Câmara Municipal de Coimbra. -----

----- O Senhor Vice-Presidente prosseguiu, afirmando que não era sua intenção fazer uma intervenção política a um ano das eleições, mas que o panorama apresentado colocou em risco a capacidade da Câmara Municipal de Coimbra mostrar o que realmente poderia fazer, uma vez que deixou de ter orçamento com folga suficiente para poder satisfazer aquilo que era a procura e a satisfação dos cidadãos do Concelho de Coimbra, devido ao prejuízo de ter de assumir, não só em termos de orçamento e tesouraria, mais de um milhão de euros acima do previsto. Informou que esse diferencial correspondia a um valor que o Estado poderia não transferir, se não reconhecesse como válidas as faturas apresentadas, ficando o Município de Coimbra com o prejuízo inerente à transferência de competências na área da saúde. O Professor Doutor Francisco Veiga, reiterando que esse processo foi um péssimo negócio para a Câmara Municipal de Coimbra, terminou a sua intervenção e devolveu a palavra à Assembleia. -----

Intervenção da Administração Regional de Saúde do Centro, I.P. -----

----- A Administração Regional de Saúde do Centro, I.P., doravante designada abreviadamente por ARS, na pessoa da Dr.^a Isabel Pechincha, iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes e informando que, juntamente com o Arquiteto Luís Miguel Bernardo, estava em representação legal do Vogal do Concelho de Administração da mesma instituição, Dr. Mário Ruivo. Prosseguiu, indicando que, apesar de não terem estado no processo da descentralização, acreditava que tudo tinha sido feito com base no que estava legalmente instituído. Referiu que havia um decreto e que todas as contas que foram feitas, foram tidas em conta e que eram realmente esses valores anteriormente pagos pela ARS. Clarificou que a instituição que estava a representar nunca teve o orçamento que desejava e que por isso mesmo, devido aos custos, nunca puderam fazer tudo o que queriam, considerando óbvio que transferiram imóveis e situações que não eram totalmente do seu agrado, mas que refletiam um pouco o país que se tinha e que era inevitável. Prosseguiu, referindo o que havia sido dito pelo Senhor Vice-Presidente quanto à possibilidade de se ter as sete viaturas do Plano de Recuperação e Resiliência, e da eventual ajuda que estas poderiam dar na questão dos transportes. Sugeriu que se tentasse perceber se os grandes aumentos de custos se deviam realmente à existência de muitos mais domicílios ou se o preço tinha aumentado, considerando que deveria ser feita uma gestão mais apertada por parte do

Município de Coimbra de forma a identificar a causa de uma diferença tão grande de custos, uma vez que os valores apresentados pela ARS eram os valores que esta mesma instituição pagava. Concluiu a sua intervenção, dizendo que lamentava tal discrepância. -----

Intervenção do Vice-Presidente da Câmara Municipal de Coimbra -----

----- O Professor Doutor Francisco Veiga tomou a palavra e informou que não tinha atribuído responsabilidades de rigorosamente nada e que a única coisa que pretendia era que reconhecessem as despesas que a Câmara Municipal de Coimbra tinha e que se tivesse noção do impacto das medidas políticas tomadas. Referiu que utentes do Centro de Saúde, por exemplo, de Fernão de Magalhães, que mudavam para o Centro de Saúde de São Martinho do Bispo e continuavam a ser servidos pelos mesmos profissionais de saúde, triplicavam os custos de táxi. Acrescentou que o utente devia residir na área de intervenção do Centro de Saúde onde se inscrevia e que isso era uma decisão do Centro de Saúde, que não podia aceitar prestar serviços fora da sua área de atuação. Considerou essa liberalidade fruto da mudança de gestão da ARS para o Município de Coimbra e causadora do aumento exponencial das despesas, nomeadamente das de táxi, mas não só, porque havia outras que não se podiam contabilizar. Continuou a sua intervenção, referindo os custos surpreendentes com a água dos Centros de Saúde que também dispararam exponencialmente. Acrescentou que, dado a inexistência de histórico, admitiu que talvez as Águas de Coimbra, EM nem estivessem a cobrar as águas dos Centros de Saúde e que, repentinamente, tinham passado a faturar, tendo a Câmara Municipal de Coimbra chegado a receber, de uma só vez, uma fatura de água no valor de aproximadamente 5 mil euros. -----

----- O Senhor Vice-Presidente continuou a sua intervenção dizendo que a intenção do Município de Coimbra era resolver, mas que se exigia o reconhecimento do esforço que tem vindo a ser feito e que possa ser ressarcido o prejuízo direto e indireto para a Câmara Municipal de Coimbra. Explicou que o Município de Coimbra tem sacrificado, não só o próprio orçamento, como a sua própria tesouraria, o que tem tido impacto na qualidade de vida e no que a Câmara Municipal de Coimbra poderia fazer pelos seus cidadãos, deixando de fazer porque não podia. Exemplificou, referindo-se a obras, serviços da área social, que não se fizeram, porque teve de se ir buscar o dinheiro a essas rubricas para satisfazer as exigências das transferências de competências na área da saúde. -----

----- O Professor Doutor Francisco Veiga referiu que, em circunstância alguma, a Câmara Municipal de Coimbra, que recebeu uma estimativa de 120 mil euros para táxis, poderia dizer que não gastaria mais do que isso, uma vez que essa decisão traria um problema gravíssimo social, político, e de tudo o que se possa imaginar. Informou ser uma decisão que tem vindo a ser evitada, mas que haverá um momento a partir do qual o Município de Coimbra não poderá assumir mais, à semelhança da decisão que foi tomada no último fim de semana, pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal Coimbra em não assumir os custos da abertura dos dois Centros de Saúde ao fim de semana, decisão com a qual admitiu concordar plenamente. Concluiu a sua intervenção,

reiterando que tinha sido uma decisão política, nomeadamente da Unidade Local de Saúde de Coimbra, e que devia ser assumida pela mesma, uma vez que o Município de Coimbra não tinha capacidade nem orçamental, nem financeira, para o fazer. -----

Intervenção da Administração Regional de Saúde do Centro, I.P. -----

----- A Senhora Dr.^a Isabel Pechincha acrescentou que, relativamente à questão dos utentes que saem do seu Centro de Saúde, pensava haver legislação sobre isso, no sentido de o domicílio ter de estar na área de atuação do Centro de Saúde onde o utente estava inscrito, referindo ser uma situação a ser vista. -----

Intervenção do Vice-Presidente da Câmara Municipal de Coimbra -----

----- O Professor Doutor Francisco Veiga informou que o relatório tinha sido apresentado no dia anterior à Comissão de Acompanhamento e Monitorização, cujos membros eram a Unidade Local de Saúde de Coimbra, doravante designada abreviadamente por ULS, a Câmara Municipal de Coimbra e a ARS onde estiveram presentes o Dr^o Mário Ruivo e um representante da ULS. Referiu que foi nessa apresentação que se perceberam de situações muito dúbias, em que a situação da mudança de Centro de Saúde pelos utentes era uma delas, enfatizando que, não havendo um rigor nessa gestão, em que uma pessoa que podia viver a cinco minutos passou a viver à distância de meia hora de um Centro de Saúde, haveria um aumento dos custos de táxi que teria de ir onde o mandassem ir. -----

Intervenção do Diretor do Departamento de Educação e Saúde -----

----- O Diretor do Departamento de Educação e Saúde da Câmara Municipal de Coimbra, Dr. Fernando Rovira, tomou a palavra e agradeceu a presença de todos. Iniciou a sua intervenção referindo que o objetivo não é apurar responsabilidades e que acreditava que todos os presentes estavam de boa-fé, mas que o que se tinha apresentado era efetivamente o que tinha sido entregue à Câmara Municipal de Coimbra e que havia um déficit de mais de um milhão de euros, mais do que aquilo que se esperava. Acrescentou que, tal como havia dito o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, os valores plasmados tinham sido apresentados, na véspera, à Comissão de Acompanhamento e Monitorização e que tinham sido aprovados. Clarificou que o interesse não era escarpelizar, e que se acreditava que todos os envolvidos no processo de transferências na área da saúde estavam de boa vontade e que tinham feito o seu melhor. Prosseguiu, dizendo que o que interessava era demonstrar que o valor do déficit estava estimado em mais de um milhão de euros, uma vez que os valores demonstravam o que tinha sido executado até meados do ano, e faltando alguns meses para o término do ano, calculava-se que os valores seriam dessa ordem. O Senhor Diretor Dr. Fernando Rovira considerou importante sensibilizar toda a gente para esse déficit e demonstrar a validade desses custos faturados junto da Direção Geral das Autarquias Locais, de forma a conseguir recuperar o valor ou, pelo menos, parte dele. Enfatizou que a intenção não era culpar a ARS ou qualquer outro organismo e que o processo de transferência de competências na área da saúde foi aceite pela Câmara Municipal de Coimbra

com base nas estimativas que foram feitas sobre os valores que foram transmitidos, mas que, efetivamente, nas valências dos táxis, da vigilância e da limpeza os custos aumentaram demasiado e ultrapassaram o que era expectável, traduzindo-se num déficit de mais de um milhão de euros. Referiu que, os procedimentos que eram adotados anteriormente no Ministério da Saúde, aquando da reforma dos assistentes operacionais, eram ir colmatando essa situação com o recurso a empresas de limpeza, fazendo uma contraposição àquilo que foi adotado sempre pelo Ministério da Educação. Prosseguiu, explicando que na Educação as pessoas iam-se reformando e os quadros iam sendo substituídos por assistentes operacionais que engrossavam os quadros do Ministério da Educação. Clarificou que, no Auto de Transferência, o Ministério da Saúde passou treze assistentes operacionais para o Município de Coimbra, enquanto o Ministério da Educação, na transferência das escolas, passou setecentos assistentes operacionais para a Câmara Municipal de Coimbra, o que acabou por engrossar os quadros das escolas. Reiterou que não era uma questão depreciativa, mas sim uma política do Ministério da Saúde, que já vinha ao longo de muitos anos, de substituir funcionários que estavam adstritos a essas funções e, provavelmente, mais baratos, por empresas de limpeza, o que alterou substancialmente os orçamentos subsequentes. Informou que se ia tentar desonerar a questão dos contratos de limpeza e de vigilância, no próximo ano, fazendo com que a limpeza e a vigilância dos centros de saúde fossem inclusas nos contratos gerais existentes na Câmara Municipal de Coimbra para os edifícios municipais, de forma a poupar algum dinheiro. O Diretor do Departamento de Educação e Saúde concluiu, referindo que o ano de 2024 foi o primeiro, em que se assumiu essas competências a partir do dia 1 de janeiro de 2024, e que o que se pretendeu foi demonstrar ao Conselho Municipal de Saúde que a tarefa de gerir todos os dias a questão dos cuidados básicos de saúde, na ótica da Câmara Municipal de Coimbra, não tem sido fácil, mas que o trabalho tem sido feito da melhor forma possível e que seria importante que a Direção-Geral das Autarquias Locais validasse as faturas que efetivamente estão a ser pagas, de modo a diminuir os montantes que o Município terá de retirar ao seu orçamento privativo. -----

Intervenção do Vice-Presidente da Câmara Municipal de Coimbra -----

----- O Senhor Vice-Presidente clarificou que a transferência de competências na área da saúde não foi acordada com a ARS, mas sim diretamente com o Ministério da Saúde e com o adjunto do Ministro da Saúde, referindo que não havia nenhuma crítica a fazer à ARS, uma vez que o acordo foi feito diretamente com o Dr. Eduardo Leal, em representação do Ministério, que fez várias reuniões em Coimbra, e que convenceu a Câmara Municipal de Coimbra que podia e devia aceitar a transferência de competências da área da Saúde que não sairia prejudicada, o que não se verifica nos valores apresentados. Concluiu, enfatizando que a ARS estava completamente ilibada nesse processo, referindo a excelente relação que o Município de Coimbra tem com a ARS, em particular com o Dr^o Mário Ruivo que se tem comportado com uma elegância,

profissionalismo, uma postura muito positiva para a Câmara Municipal de Coimbra e para o sistema, ser muito satisfatório. -----

----- O Professor Doutor Francisco Veiga questionou se haveria mais intervenções. Não havendo mais intervenções a declarar, avançou-se para o ponto seguinte da Ordem de Trabalhos.

Ponto Três - Ponto de Situação da Execução da Estratégia Municipal de Saúde -----

----- O Senhor Vice-Presidente indicou que o ponto de situação da execução da Estratégia Municipal de Saúde de Coimbra seria exposto pela técnica da Divisão de Saúde, Dr.^a Susana Marcelino, tendo por base uma apresentação que se anexa à presente ata. Terminada a apresentação, o senhor Vice-Presidente agradeceu à técnica e solicitou aos presentes que se pronunciassem face ao exposto sobre aquela matéria. -----

Intervenção do Vice-Presidente da Câmara Municipal de Coimbra -----

----- O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, indicou que a Estratégia Municipal de Saúde foi criada como documento perfeito, documento esse que previa um conjunto de recursos humanos e financeiros que nem sempre estão disponíveis e que envolvem mais do que propriamente a Divisão de Saúde da Câmara Municipal de Coimbra. Envolve a Divisão de Mobilidade, a Divisão dos Espaços Verdes, um conjunto de divisões às quais nós não temos nem supervisão, nem temos como impor essas ações que estão previstas na Estratégia Municipal de Saúde. -----

----- O Professor Doutor Francisco Veiga devolveu a palavra à assembleia, informando que a partir daquele momento, seria o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, a presidir o Conselho. -----

Intervenção do Deputado à Assembleia Municipal Carlos Nunes da Silva -----

----- O Deputado à Assembleia Municipal de Coimbra, Doutor Carlos Nunes da Silva, cumprimentou os presentes e iniciou a sua intervenção referindo que, quanto ao Plano municipal de Saúde, assistiu há vários anos ao seu início e, no respeitante à Unidade Móvel, debateu isso na altura, uma vez que também faz parte da CIM e a CIM ofereceu a todos os municípios do distrito de Coimbra uma Unidade Móvel de Saúde. Continuou informando que, na altura quem estava à frente dos destinos políticos do município de Coimbra achou que essa Unidade Móvel de Saúde não tinha a qualidade ideal e decidiu não aceitar. Acrescentou que ficaram à espera que aparecesse uma Unidade Móvel de Saúde, já que ela fazia parte do Plano Municipal de Saúde feito por essa equipa, que aparecesse a tal unidade espetacular. Só que ela nunca apareceu. Chegou a debater a questão com a pessoa em causa, pois na sua geração havia uma palavra que tinha algum significado, não só pessoal como política, que era responsabilidade. E lamentou que ao longo dos anos esse sentido, essa valência, venha sendo cada vez menos. Concluiu repetindo o que disse na Assembleia Municipal, que têm estado à espera que essa equipa executiva, do seu bolso ou do seu partido, apareça com uma Unidade Móvel de Saúde de qualidade, de categoria e que era uma pena que isso nunca tenha acontecido, confessando que era um assunto que o tirava do sério

porque há anos que se debate o assunto, mas que era importante perceber-se porque é que a unidade não existe. -----

Intervenção da Deputada à Assembleia Municipal Lúcia Santos -----

----- A Deputada à Assembleia Municipal de Coimbra, Doutora Lúcia Santos, cumprimentou o Sr. Presidente e todos os presentes e iniciou a sua intervenção felicitando a Câmara Municipal de Coimbra pelas atividades apresentadas, mas acrescentando que, mais do que um conjunto de atividades dispersas, pensava que a Câmara Municipal de Coimbra, como capital da saúde, devia ter alguns projetos estruturantes em termos da saúde, indicando a questão do envelhecimento. Acrescentou que existe uma Estratégia Municipal de Saúde que está baseada no Plano Municipal da Saúde, que foi desenhado para Coimbra, tendo a vantagem de não ser um documento genérico para o país todo, foi feito com base naquilo que foi o perfil e os residentes de Coimbra, que são pessoas velhas, essencialmente. Informou que em Coimbra há duzentos e quarenta e cinco idosos por cada cem jovens, sendo a média nacional de cento e oitenta e dois. Não considerou este dado estatístico bom nem mau, mas sim um dado que requer adaptação por parte do Município de Coimbra, criando estratégias e programas para esta população. Considerando que a Câmara tem pouco dinheiro, devido aos prejuízos imensos inerentes à Transferência de Competências, a Doutora Lúcia Santos referiu que seria importante canalizar os poucos recursos existentes também para ter projetos mais emblemáticos e mais estruturantes, considerando que se apostou pouco no envelhecimento, para o qual concorrem todas as áreas, como o Sr. Vice-Presidente referiu, é a ação social, é o urbanismo, são várias, tudo concorre para a saúde e tudo concorre para o bem-estar dos cidadãos, e nomeadamente dos idosos, recordando que, em janeiro de 2024, foi aprovado o Plano de Ação do Envelhecimento Ativo e Saudável, que tem vários eixos de ação, desde a promoção da saúde, autonomia de vida independente, desenvolvimento e aprendizagem ao longo da vida, vida laboral saudável, entre outros, relativamente aos quais os Municípios podem ter um papel muito importante a desenvolver. Indicou também que, independentemente das contingências e dos constrangimentos financeiros, existiam alguns programas de financiamento europeu para o robustecimento dos sistemas de saúde e sugeriu que a Câmara podia, eventualmente, apelar a alguns desses programas para poder criar algumas linhas de ação mais estruturadas e mais emblemáticas para a área do envelhecimento. Concluiu, salientando que seria de aproveitar os saberes das pessoas presentes para criar grupos de pensamento, de ação ou de reflexão sobre esses tópicos concretos. -----

Intervenção do Presidente da Câmara Municipal de Coimbra -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, Professor Doutor José Manuel Silva cumprimentou todos os presentes e dirigiu a palavra à Deputada Doutora Lúcia Santos considerando a sua sugestão pertinente. Referiu que a Câmara Municipal de Coimbra ainda está longe de ter as estruturas necessárias para desenvolver verdadeiros programas na área da saúde e do envelhecimento e que tem vindo a cumprir o Plano Municipal de Saúde naquilo que pode.

Indicou que foi criada uma estrutura da Câmara, uma Divisão de Saúde, especificamente dedicada à saúde, mas que ainda está a construir os seus recursos humanos, estando a decorrer um concurso para chefe da Divisão de Saúde e também para Técnico Superior na área da saúde. Acrescentou que também foi criado o Gabinete de Gerontologia e Envelhecimento Ativo, com dois técnicos a trabalhar, sendo a chefe de gabinete uma gerontologista, que passará a ser convocado para as reuniões do Conselho. Considerou que há um caminho a percorrer, mas que estão a ser construídos os alicerces de uma política de saúde mais intensiva (saúde e envelhecimento) estando também condicionada pelos problemas orçamentais, que não podem deixar de ser referidos. -----

----- O Senhor Professor Doutor José Manuel Silva continuou a sua intervenção explicando que está a ser criada a estrutura, mas que os processos concursais na função pública demoram sempre para cima de um ano, estando dezenas de concursos em curso na Câmara, com duas pessoas no Departamento de Recursos Humanos a trabalhar neles. Um gargalo que tem de ser resolvido, uma vez que há vários setores em que será necessário reforçar os recursos humanos para melhorar a capacidade de resposta, que ainda está aquém das necessidades do Município a múltiplos níveis. Fez referência à Divisão de Compras e Logística (DCL), por exemplo, que já foi reforçada com vários recursos humanos, mas que precisa de mais, porque há processos de concurso de aquisição de bens que se atrasam na Câmara porque a DCL ainda não conseguiu responder e também se encontra num processo de transformação. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Coimbra prosseguiu referindo que o orçamento disponível, que também condiciona a contratação de recursos humanos, era limitado basicamente por dois fatores. Por um lado, porque Coimbra, no passado prescindiu de se desenvolver economicamente, sendo que agora é que se está a atrair novas empresas, a expandir o iParque, a trabalhar no planeamento de uma nova zona industrial. Referiu que Coimbra precisa de mais empresas e mais indústrias a falar com os promotores, esperando que dentro em breve se comece a construir uma torre de escritórios em Coimbra, sendo que a última foi há 45 anos e está cheia. Os espaços que estavam vazios já foram preenchidos por este executivo com empresas multinacionais que conseguiu atrair para Coimbra. Admitiu, portanto, que existe uma dificuldade com a locação de empresas e indústrias e que se têm perdido algumas oportunidades por não haver as infraestruturas prontas para receber. Deu como exemplo que, se for necessário um open space de mil metros quadrados pronto para receber uma empresa, não há em Coimbra, e que estas limitações estruturais estão a ser resolvidas e que vão ter obviamente consequências positivas a médio prazo, no aumento da dinâmica económica social, na criação de emprego e na fixação de juventude. Esta fixação já começou a alterar um bocadinho o ritmo a que o Conselho estava a envelhecer, estando a diminuir ligeiramente, devido à criação de empregos para jovens, o que já se nota na taxa de progressão do índice de envelhecimento desde há duas décadas até hoje, relembrando que Coimbra estava a perder jovens a uma taxa dupla da média nacional, o que espelhava o problema específico de Coimbra na incapacidade de captar jovens por ausência de

oportunidades e de emprego. Alertou que criar uma área industrial é um processo complicadíssimo em termos jurídicos, burocráticos, de planeamento, de expropriações, de declaração de utilidade pública, de financiamento, de infraestruturização, que é uma coisa que não se faz num ano, nem em dois, nem em três, mas que o Município está a trabalhar nisso e, conseqüentemente, na redução deste índice de envelhecimento de Coimbra, o que é uma necessidade e passa pela criação de emprego e fixação de jovens. O Senhor presidente indicou que a ausência dinâmica e económica fazia com que a receita da Câmara por essa via fosse muito limitada e que seria impossível, a curto prazo, resolver alguns problemas estruturais da cidade por falta de orçamento disponível, por falta de receita, acreditando que a receita irá começar a acelerar nos próximos anos, mas que será um processo que, saudavelmente, não será imediato. Por outro lado, referiu que no quadriénio anterior, no último mandato, o IMI foi reduzido abruptamente de 0,35 para 0,30. Esta redução apenas teve impacto nos grandes proprietários, que não são necessariamente a preocupação do Município. As famílias proprietárias não notaram, mas a Câmara perdeu quatro milhões e meio de receita por ano, ou seja, neste quadriénio, a Câmara Municipal de Coimbra, perdeu a capacidade de investimento, perdeu dezassete milhões de euros e com esse valor fazia-se muita coisa, infraestruturava-se muita coisa, resolviam-se muitos problemas estruturais, apoiavam-se muitas instituições, muitas pessoas, desenvolviam-se muitos programas e contratavam-se muitas pessoas. O Senhor Presidente concluiu dizendo que o processo de reestruturação e transformação da cidade está a decorrer, com a consciência que as sugestões que a Doutora Lúcia Santos eram absolutamente pertinentes e necessárias e estão no horizonte do Município, e o gabinete de Gerontologia e Envelhecimento Ativo passará a ser convidado a estar presente nas reuniões do Conselho, porque obviamente, quando se fala de saúde, a área do envelhecimento é a principal parte, representam “dois terços da população de Coimbra”, considerando o índice de envelhecimento, são de facto pessoas já de carácter menos jovem. Agradeceu as sugestões com a garantia que a Câmara Municipal de Coimbra continuará a construir a estrutura que a permita ser mais proficiente nessas áreas. -----

Intervenção do Diretor do Departamento de Educação e Saúde -----

----- O Diretor do Departamento de Educação e Saúde cumprimentou o Senhor Presidente e clarificou que tinha sido visto plasmado na tela alguma atividade que foi sendo desenvolvida no âmbito da Estratégia Municipal de Saúde pela Divisão de Saúde, mas que a Estratégia Municipal de Saúde não se cinge àquilo que a Divisão de Saúde obviamente vai implementando, vai muito para além daquilo que a Divisão de Saúde possa implementar, nomeadamente daquilo que são competências agora da Divisão de Saúde, como disse bem o Senhor Presidente, na questão da literacia em saúde, da prevenção da doença, da implementação de estilos de vida saudáveis, etc.. Continuou dizendo que a saúde é entendida em sentido lato, segundo os eixos que foram apresentados, relacionados com o bem-estar da população, com o conforto, até com o próprio edificado, com a segurança, com a construção de zonas de lazer e de fluidez, com a mobilidade e

com as acessibilidades e até com a construção, como ultimamente se tem deparado, com algumas ciclovias e, portanto, a saúde deve ser entendida em sentido lato naquilo que é dirigido aos municípios e aos cidadãos que habitam em Coimbra e à sua população. -----

----- O Doutor Fernando Rovira exemplificou referindo que, obviamente, não tinha sido apresentado nada relativamente a mobilidades, mas que era da compreensão geral que a cidade estava, no momento, com uma construção e uma implementação, por exemplo, do Metro Bus que acabava por trazer uma mobilidade diferente e que implicará alterações estratégicas no futuro. Quanto ao edificado, lembrou que o Departamento Ação e Habitação Social se tem candidatado a vários programas no que respeita às rendas acessíveis, à habitação social e, portanto, a programas europeus, como o “1º Direito”, que têm sido adquiridos terrenos que permitem que, para lá de 2026, Coimbra possa ter uma habitação de outro nível, também para as pessoas mais carenciadas ou para aqueles que precisarem. Acrescentou que há uma série de programas que estão a avançar na cidade de Coimbra que não foram propriamente referidos porque, efetivamente, têm a ver com a saúde em sentido lato, mas são muitos específicos de algumas unidades orgânicas e, respondendo à Doutora Lúcia Santos, relativamente ao envelhecimento, esclareceu que a Divisão de Saúde tem alguns programas direcionados para o envelhecimento, nomeadamente, o programa apresentado anteriormente pela doutora Susana, o “Aproxima-te”, que tem precisamente essa temática em vista, nomeadamente, os idosos que estão isolados. Explicou que o programa irá unir a Faculdade de Medicina, a Faculdade de Farmácia, a Faculdade de Psicologia, o Politécnico de Coimbra, no sentido de os alunos dos últimos poderem constituir equipas multidisciplinares, na área da farmácia, medicina, nutrição entre outros, consoante as necessidades, também a Guarda Nacional Republicana que poderá constituir equipas para dar apoio semanal a esses idosos que se encontram isolados e devidamente referenciados. -----

----- O Diretor do Departamento de Educação e Saúde conclui a sua intervenção comungando das palavras do Senhor Vice-Presidente uma vez que, nos últimos seis meses, ou um bocadinho mais, a Divisão de Saúde tem estado mais focada na questão da descentralização e acabaram por ficar para segundo plano alguns projetos que já estavam em andamento, mas que a breve prazo irão retornar e irão ser implementados. Porque, efetivamente, a descentralização é uma tarefa enorme, estando todos os recursos da Divisão de Saúde alocados a este processo, mas prevê-se que futuramente, o processo fique mais automatizado, abrindo espaço para a implementação de algumas medidas e programas que serão uma mais-valia, como o da questão do envelhecimento, que é um grande programa. -----

Intervenção da Associação Nacional das Farmácias -----

----- A Presidente da Direção da Delegação do Centro da Associação Nacional das Farmácias, Dr.ª Paula Miranda, cumprimentou o Senhor Presidente e, na sua pessoa, todos os presentes. A Dr.ª Paula Miranda agradeceu o convite e lamentou a escassez das reuniões. Iniciou a sua intervenção lembrando que na reunião anterior já tinha visto o apelo a programas dedicados à

população sénior e que, na altura, a própria havia questionado a inexistência de um programa de apoio à natalidade, algo que também não viu espelhado na apresentação desta reunião. Prosseguiu indicando a necessidade de Coimbra rejuvenescer para que haja mais equilíbrio, pois a diferença não beneficia o Município, fazendo referência à intervenção da Doutora Lúcia Santos e acrescentando que a população está, efetivamente, envelhecida e que gostaria que houvesse programas de incentivo à natalidade. -----

----- Enquanto representante da Associação Nacional de Farmácias do Conselho de Coimbra, a Dra.^a Paula Miranda reiterou a total disponibilidade para colaborar na realização e implementação de programas de apoio à saúde dos munícipes, atestando a experiência da sua associação na implementação e desenvolvimento de programas de saúde. Indicou que as farmácias de Coimbra têm como missão zelar diariamente pela saúde dos munícipes, combater a doença, e que também concebem eles próprios programas e mecanismos de promoção e prevenção da saúde. -----

----- A Dr.^a Paula Miranda finalizou a sua intervenção questionando se o movimento de orçamento entre rubricas teria impacto no protocolo entre as farmácias de Coimbra e a Câmara que tem o objetivo de fornecer medicamentos à população desfavorecida. Dando nota da transferência de competências da ação social para a Câmara Municipal de Coimbra, para a qual as farmácias de Coimbra forma convocadas, manifestou a sua preocupação quanto à continuidade desse projeto, se o mesmo estaria em risco ou se seria possível continuar a assumir essa competência. -----

Intervenção do Presidente da Câmara Municipal de Coimbra -----

----- O Presidente da Câmara municipal de Coimbra informou a Dr.^a Paula Miranda que não estava a acompanhar o programa de acesso a medicamentos, que quem acompanhava esse projeto era a Senhora Vereadora Dr.^a Ana Cortes Vaz e que, portanto, alguma ação específica desse projeto devia ser debatida com a ação social. Garantiu o programa com as farmácias através das Comissões Sociais de Freguesia e do Fundo Municipal de Emergência Social, as quais pagam os medicamentos às famílias que não podem, não conseguem ter acesso aos medicamentos, por razões sociais, financeiras, em conjunto com o desenvolvimento desse programa com as farmácias. Sugeriu que o Dr. Fernando Rovira, uma vez que trabalha com a Sra. Vereadora, embora não na área social, pudesse acrescentar alguma coisa, mas que não sabia se o mesmo tinha conhecimento de alguma coisa sobre esse assunto. -----

Intervenção do Diretor do Departamento de Educação e Saúde -----

----- O Diretor do Departamento de Educação e Saúde interpelou o Senhor Presidente da Câmara para dizer que tinha conhecimento da existência desse programa, mas que não estava a par do seu desenvolvimento, questionando se estaria alguém na assembleia a representar a Ação Social que se quisesse manifestar. -----

Intervenção do Vice-Presidente da Câmara Municipal de Coimbra -----

----- Perante a ausência de respostas, o Professor Doutor Francisco Veiga disponibilizou-se para responder, pois apesar de ser um projeto que está fora do âmbito da Divisão de Saúde e fora dos seus pelouros, estando na Ação Social, referiu que já tinha havido uma tentativa da sua parte para avocar essa área. No entanto, esclareceu que os medicamentos não têm uma componente medicamentosa na Câmara Municipal de Coimbra, mas uma componente social. O que significava que os medicamentos eram dispensados a quem demonstrava dificuldades financeiras. E sendo esse o critério, o Senhor Vice-Presidente mostrou dificuldades em perceber porque é que a Câmara Municipal de Coimbra pagava um medicamento, nomeadamente, de referência enquanto podia pagar o genérico a metade do preço, não havendo esse critério financeiro. Acrescentou que a Ação Social fez as contas, considerando o valor anual por utente de 135 euros, e concluiu que não se justificava, algo que lhe deixou algumas dúvidas e que se pode e deve aprofundar nomeadamente para melhorar a qualidade dos medicamentos que se podem dispensar, alargar o âmbito das pessoas que possam vir a receber esses medicamentos e para que a Câmara possa gastar menos com os medicamentos que paga. Concluindo, o Professor Doutor Francisco Veiga mostrou a completa disponibilidade do Município de Coimbra em envolver a Ação Social na sensibilização dessa realidade que todos conhecem tão bem. -----

Intervenção do Presidente da Câmara Municipal de Coimbra -----

----- O Presidente da Câmara municipal de Coimbra afirmou que o acesso aos medicamentos estava garantido pela área social, através das Comissões Sociais de Freguesia, uma vez que o Fundo Municipal de Emergência Social paga os medicamentos às famílias identificadas e que têm prescrições que não conseguem cumprir. Prosseguiu dizendo que, apesar de as questões sociais e a saúde serem indissociáveis, a equidade na acessibilidade a medicamentos passava pela área social, era uma questão social. -----

----- O Senhor Professor Doutor José Manuel Silva confessou que era um pouco cético, relativamente aos programas de apoio à natalidade e considerou que não seria por a Câmara Municipal de Coimbra oferecer mil euros por cada filho nascido que as mulheres iriam ter mais filhos e mais cedo. Repetiu que todas as questões sociais são resolvidas através do Fundo Municipal de Emergência Social, presidido pelos presidentes das Juntas de Freguesia, que conhecem muito bem a sua população e têm as famílias carenciadas identificadas, garantindo que não lhes falte nada das necessidades básicas. Constatou que, normalmente, são essas as famílias que têm mais filhos, não necessitando de um apoio à natalidade. -----

----- O Presidente da Câmara Municipal de Coimbra acrescentou que, para que os casais, independentemente da sua constituição, formal ou informal, terem mais filhos e mais cedo era necessária a garantia de estabilidade de vida e de emprego, o que se traduzia na diminuição do Índice de Envelhecimento em Coimbra devido à fixação de jovens na de Coimbra. Prosseguiu explicando que se os jovens tivessem oportunidades de ter um mínimo de garantia de estabilidade,

poderiam pensar em ter filhos mais cedo e em ter mais filhos. O Senhor Presidente referiu que considerava a inversão da pirâmide etária de Portugal uma situação gravíssima e que, se não fossem os emigrantes, de todas as formações e de todos os tratos sociais, Portugal já não seria um país demograficamente viável, enfatizando que é a perspetiva de emprego e estabilidade de vida que terá impacto positivo na taxa de natalidade. Referiu programas de incentivo à natalidade, como a entrega de enxovais, feito pela ação social e algumas IPSS'S que a Câmara apoia, refutando que não era isso que determinava as questões de natalidade, mas que se dependesse do apoio de dois mil euros por cada nascimento a Câmara arranjará maneira de apoiar, mesmo achando que a solução não passaria por aí, uma vez que considera de extrema importância o aumento da natalidade. -----

----- O Senhor Professor Doutor José Manuel Silva continuou a sua intervenção, reiterando que há muita demagogia na abordagem dos programas de incentivos à natalidade, que é necessário desenvolver o país, dar estabilidade e proporcionar acesso menos difícil à habitação, para as pessoas terem um mínimo de estabilidade. Continuou relembrando o que havia dito anteriormente, que a redução do IMI para os jovens aumentou o preço das casas, uma vez que meter dinheiro no mercado pelo lado do cliente aumenta sempre os preços do mercado, sendo esta uma regra básica da economia. Afirmou que é preciso aumentar a disponibilidade de habitações, aumentando a concorrência no mercado e consequentemente reduzir os preços, pois se o vendedor do mercado sente que as pessoas podem pagar mais, sobe o preço. Referiu que se o IMI reduziu para os jovens e o preço das casas para estes aumentou, o que o Estado fez foi injetar dinheiro nos promotores, não foi ajudar os jovens a comprar habitação, afirmando que quando são introduzidos mecanismos distorcidos o efeito é sempre negativo. -----

----- O Senhor Presidente prosseguiu informando que a Câmara Municipal de Coimbra está empenhada em aumentar a capacidade de fazer mais habitação pública, construção pública de habitação, para verdadeiramente conseguir ter um impacto minimamente regulador nos preços do mercado. Revelou ser preciso que haja mais investimento público em habitação para regular em baixa os preços do mercado e facilitar o acesso aos jovens e que o Município está a tentar utilizar ao máximo as verbas disponíveis no PRR para construir habitação camarária. No entanto, acrescentou que, até a habitação de custos tremendamente acessível, está nas mãos do IRU, que tem atrasado os processos, dando conta de que a Câmara esteve um ano à espera da aprovação do seu primeiro projeto por parte do IRU e que, dado que as datas para o PRR terminariam em 2026, considerou que era verdadeiramente criminoso este atraso. -----

----- O Presidente da Câmara Municipal de Coimbra concluiu a sua intervenção mostrando disponibilidade para apoiar a subida da taxa de natalidade, consoante as possibilidades camarárias, para que os jovens tenham a possibilidade de ter mais filhos, a sociedade tem de lhes criar os mecanismos para que eles possam arriscar nessa doce aventura de ter mais filhos e mais precocemente. -----

Intervenção da Associação Nacional das Farmácias -----

----- A Presidente da Direção da Delegação do Centro da Associação Nacional das Farmácias, Dr.^a Paula Miranda interpelou o Senhor Presidente pedindo para corrigir a sua intervenção anterior pois poderia não se ter expressado da melhor forma. Clarificou que era evidente que um programa isolado de incentivo à natalidade não faria sentido nenhum e que não era isso que iria de todo motivar uma mulher ou uma família nessa decisão, uma decisão para a vida. Pediu desculpa por não se ter feito entender e explicou que o que queria dizer era que um programa de incentivo à natalidade obviamente que estaria num pacote e que foi disso que não ouviu falar, de um programa para jovens casais que efetivamente já planeassem ter filhos e que os pudessem atrair a fixarem-se no concelho de Coimbra. Concordou que obviamente um programa isolado de incentivo à natalidade, na sua perspetiva também não faria sentido nenhum. -----

Intervenção do Presidente da Câmara Municipal de Coimbra -----

----- O Presidente da Câmara Municipal de Coimbra interveio referindo que as várias escolas superiores de Coimbra formam por ano 8500 jovens, com licenciaturas, mestrados e doutoramentos, mas a maioria não fica na cidade porque não tem oportunidades. Repetiu ser necessário criar essas oportunidades através do investimento da atração e fixação de empresas e também do desenvolvimento de serviços públicos, dando nota de que a Câmara Municipal de Coimbra tem dezenas de concursos de contratação a decorrer. Informou que o Município não pode oferecer pacotes de emprego, nem casas para os jovens se fixarem em Coimbra, mas que poderá resolver esses problemas, uma vez que tem tudo o que precisa para isso. Indicou que Coimbra poderá ser o Concelho com o maior ritmo de desenvolvimento a nível nacional, se assim o quiser, mas será preciso que deem tempo para que se criem as estruturas. Fez referência ao facto de Coimbra se localizar no centro do país, de ter o melhor centro hospitalar e universitário do país, agora Unidade Local de Saúde, com excelentes cuidados de saúde, uma excelente Universidade Histórica, um excelente Instituto Politécnico, uma Escola Vasco da Gama que todos os anos traz para Coimbra dezenas de estrangeiros, nomeadamente franceses, para fazer o curso veterinário, o Instituto Miguel Torga, ou seja um excelente ensino intermédio dos vários graus e ensino secundário. Considerou que, portanto, a nível de saúde e educação, Coimbra tem o melhor do país, tem dois mil anos de história, tem património, cultura, está localizada no centro de Portugal. Somou a estas vantagens a grande oportunidade que estava a ser desperdiçada por Coimbra porque o projeto que havia para a Estação Velha não incluía alta velocidade, mas passou a incluir. Explicou que com o aproveitamento da alta velocidade por Coimbra as distâncias do país vão-se tornar menos morosas, uma vez que a cidade vai ficar com um aeroporto 30 minutos a norte e um aeroporto 50 minutos a sul, aproximando as duas áreas metropolitanas do país, estando Coimbra no centro. Enfatizou, portanto, que Coimbra poderá ser o centro da grande área metropolitana do país e que isso, conjugando com as suas características, como ter um rio belíssimo, estar entre o mar e a serra, trará tudo à cidade. Se todas as suas características forem

aproveitadas, o desenvolvimento poderá dar-se a um ritmo acelerado e então os casais jovens não irão ter falta de oportunidades, o que irá provocar a diminuição do Índice de Envelhecimento. Acrescentou que, no entanto, os escalões etários menos jovens também estavam a aumentar o número de residentes em Coimbra, por ser uma cidade com extraordinárias condições para os idosos residirem, pois encontram nela tudo o que precisam. -----

----- O Presidente da Câmara Municipal de Coimbra concluiu dizendo que era de atrair jovens dando-lhes condições, aumentando a dinâmica empresarial, pública e industrial, dando oportunidades aos empreendedores de se fixarem em Coimbra para a cidade crescer rapidamente em termos demográficos invertendo a progressão do Índice de Envelhecimento. Dando oportunidades aos jovens está-se a estimular a natalidade que Coimbra desesperadamente precisa e o Município já está a criar essas condições. Esse é o pacote global de desenvolvimento do Concelho, porque ninguém muda a vida com um incentivo de mil ou dois mil euros por nascimento. -----

Intervenção do Instituto Português de Oncologia de Coimbra Francisco Gentil, E.P.E. -----

----- A Presidente do Conselho de Administração do Instituto Português de Oncologia de Coimbra Francisco Gentil, E.P.E., Dr.^a Margarida Ornelas, cumprimentou o senhor Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, e na sua pessoa todos os presentes. Como representante do IPO de Coimbra, congratulou algumas das iniciativas que foram apresentadas em termos da estratégia municipal e que se inserem muito no espírito da missão do IPO. Fez referência ao facto de o Instituto Português de Oncologia estar numa fase de grande inovação, uma empreitada em curso, que trará novas valências. Salientou os ótimos profissionais, pessoas com *know-how*, que poderão também ajudar na estratégia de literacia, de promoção da saúde e de prevenção da doença, reiterando que o IPO estava disponível para colaborar nessas e noutras ações relacionadas com essa questão, atendendo designadamente à importância do tema e à elevada percentagem de casos de cancro que são evitáveis. Referiu que, nessa medida, têm organizado corridas, caminhadas, tratando todos os meses um tipo de cancro. Deu conta, fazendo alusão à presença da Doutora Paula Tavares, de que o IPO tinha firmado recentemente um protocolo com a Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física da Universidade de Coimbra e que, portanto, têm conduzido algumas iniciativas em conjunto. A Doutora Margarida Ornelas concluiu a sua intervenção informando que Coimbra também tem o IPO com pessoas disponíveis para colaborar com a Câmara Municipal, que o farão com muito gosto. -----

Intervenção do Presidente da Câmara Municipal de Coimbra -----

----- O Presidente da Câmara Municipal de Coimbra interveio referindo que já tinha sido resolvido o problema do estacionamento abusivo na Bissaya Barreto, disponibilizando um terreno que estava desaproveitado da Câmara, nas traseiras do IPO, e que agora é Parque de Ambulâncias e não só. Concluiu que trabalhando em conjunto, quase tudo se resolvia e deu a palavra à Doutora Paula Tavares. -----

Intervenção da Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física da Universidade de Coimbra -----

----- A representante da Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física da Universidade de Coimbra, Professora Doutora Paula Tavares, iniciou a sua intervenção cumprimentando o senhor Presidente da Câmara Municipal de Coimbra e todos os presentes na reunião. Expôs a Faculdade de Ciências do Desporto tinha muito para oferecer, se a Câmara quisesse aceitar. Referiu que viu apresentadas duas ações, mas que não sabia se havia de falar ou não, mas que na ação da obesidade a Faculdade poderia participar, colaborar nessa ação com bastante vigor, pois tinha um plano que podia apresentar, associado a alguns projetos europeus que também tinham. Quanto à ação das Crianças Unicef informou que também se enquadrava em projetos europeus que a Faculdade de Ciências do Desporto tinha e disponibilizou-se para oferecer apoio para pôr essas ações em andamento. -----

----- A Professora Doutora Paula Tavares concluiu agradecendo a referência do IPO e informando que têm feito protocolos também com outras instituições no sentido de levar o exercício físico e a prática de estilos de vida saudável à população, considerando esse um dos deveres, se não o maior dever, da Faculdade de Ciências do Desporto e da Educação Física da Universidade de Coimbra. Clarificou que é dever de todos, mas que enquanto instituição de exercício e saúde, estariam disponíveis para oferecer a sua colaboração já delineada, pois apesar de estar em representação do Senhor Diretor, tinha carta branca para o fazer. Terminando, dirigiu-se ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Coimbra e disponibilizou-se para apresentar algumas ações. -----

Intervenção do Presidente da Câmara Municipal de Coimbra -----

----- O Presidente da Câmara Municipal de Coimbra responde à Professora Doutora Paula Tavares dizendo que o Município também precisava da Faculdade de Desporto para desenvolver programas de prática desportiva de alta competição, em conjugação com estudos secundários e superiores, para Coimbra se tornar a grande cidade do desporto de alta competição, de prática de treino bi-diário de desporto, em conjugação com a adaptação dos horários escolares, quer no ensino secundário, quer no ensino superior. É algo que se tem de trabalhar e criar as condições para que isso se concretize, porque as características de Coimbra proporcionam-no. Após referir que a primeira reunião do ano se tinha atrasado devido ao processo de transferência de competências, acrescentou que a Câmara Municipal de Coimbra também contava com grandes projetos da Associação Nacional das Farmácias para Coimbra. -----

----- O Presidente da Câmara Municipal de Coimbra questionou se haveria mais intervenções. Não havendo mais intervenções a declarar, avançou-se para o ponto seguinte da Ordem de Trabalhos. -----

Ponto Quatro - Sugestões dos Membros do Conselho Municipal de Saúde de Coimbra para ações a desenvolver -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Coimbra indicou que, face às intervenções anteriores, tal ponto seria redundante, mas que, sendo parte integrante da Ordem de Trabalhos, teria, naturalmente, de questionar os presentes se haveria intervenções. Não havendo, avançou para o ponto seguinte da ordem de trabalhos. -----

Ponto Cinco - Outros Assuntos -----

----- O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de Coimbra indicou que o Senhor Diretor Doutor António Albuquerque gostaria de dirigir esse ponto e o Presidente da Câmara Municipal de Coimbra passou-lhe a palavra. -----

Departamento de Desenvolvimento Económico, Empreendedorismo, Competitividade e Investimento -----

----- O Diretor do departamento de Desenvolvimento Económico, Empreendedorismo, Competitividade e Investimento da Câmara Municipal de Coimbra, Doutor António Albuquerque, cumprimentou o Senhor Presidente e todos os presentes. Deu início à sua intervenção dando nota que o Departamento de Desenvolvimento Económico tem na sua responsabilidade a submissão de candidaturas para os vários financiamentos que a Câmara Municipal gera. E acrescentou que há pouco tempo haviam sido confrontados, porque era de confrontação que se tratava mesmo, com a candidatura do Centro de Saúde Norte de Matos, a segunda fase. Explicou que para quem tem de submeter uma candidatura daquela magnitude, e sobretudo conhecendo bem o Centro de Saúde Norte de Matos como ele se apresenta à data, e como está a funcionar, foi um espanto para o Departamento tal candidatura, uma vez que não se conseguiu encontrar nenhuma justificação para a duplicação do Centro de Saúde Norton de Matos, mesmo procurando junto das instituições que estiveram na génese daquela proposta ou junto dos profissionais com quem tiveram oportunidade de falar. Felizmente, e com os bons ofícios do Senhor Presidente da Câmara, conseguiu-se um acordo com o SUCH, que ajudou a construir o projeto, que ainda está a ser construído. No entanto, como engenheiro civil, sentiu-se incomodado por não saber a razão para planear e fazer uma candidatura de duplicação de uma área e por não ter encontrado nenhum plano estratégico, nenhuma obrigação, nenhuma razão objetiva nem subjetiva, que levasse a tal proposta. Confessando que o que o preocupava, enquanto técnico e enquanto pessoa, não era se conseguiam o financiamento, mas sim o facto de não haver por trás dessa proposta um plano estratégico, nenhuma estratégia, nenhuma situação que justificasse claramente qual a ambição, qual o propósito daquela candidatura, que exigiu muita criatividade para justificar a sua submissão. Prosseguiu afirmando que muitos sabem que o PRR está cheio de dinheiro, que muitas vezes faltam projetos para concluir o PRR e que essa foi uma situação que deixou muita preocupação, não pela falta de dinheiro, mas sobretudo pela falta de estratégia. Acrescentou que o Município, como foi mostrado na apresentação, estava a receber todas as infraestruturas, com o déficite de exploração que todos observaram, e aquilo que se perspetiva para o Centro de Saúde Norte de Matos é um agravamento destas condições. Ou seja,

não havendo estratégia, não havendo um plano que justifique tal duplicação, admitiu que existe uma preocupação do Departamento de Desenvolvimento Económico, onde teve de ser submetida a candidatura, mas que se irá acompanhar o desenvolvimento do projeto, o desenvolvimento da candidatura, submeter os pagamentos, e que tudo irá correr bem. -----

----- O Diretor Doutor António Albuquerque concluiu a sua intervenção mostrando preocupação com a possibilidade de ter que ser o Município a suplementar as despesas de um edifício de tal magnitude, porque alguma coisa terá que ficar para trás para que isso seja possível, considerando que era importante aproveitar a presença de todos os presentes e o momento para refletir sobre esta questão. -----

Intervenção do Presidente da Câmara Municipal de Coimbra -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Coimbra concordou que a área do PRR era, de facto, uma área preocupante. Informou que foi criada uma divisão no Departamento de Edifício e Equipamentos Municipais, que tem projetos em mão no valor de duzentos e vinte e dois milhões de euros e que está a ter algumas dificuldades no âmbito da contratação pública. Acrescentou ser uma divisão virada para a problemática da contratação pública, extraordinariamente complexa e exigente. É que, se as pessoas se enganam numa vírgula, os funcionários e os dirigentes terão de pagar as multas do seu bolso. Referiu que a outra questão era que estava a haver concursos desertos, que não ia haver empresas em Portugal para gastar esse dinheiro todo. Nomeadamente porque tudo se atrasou, tudo irá cair ao mesmo tempo, lembrando o primeiro projeto que esteve um ano para ser aprovado no IRU porque o Estado estava a bloquear a aplicação das verbas do PRR. Prosseguiu explicando que estão a abrir por todo o país dezenas de concursos em simultâneo, e começa a haver concursos desertos o que irá trazer dificuldades em gastar as verbas, dificuldades em fazer as obras, e a situação vai-se complicar muito. Acrescentou que se não houver um alargamento do prazo para gastar as verbas do PRR, muitas vão ficar por gastar. Porque, apesar do atual Governo estar a gerar a burocracia, com todos estes projetos a cair ao mesmo tempo, serão necessárias empresas. Advertiu que virão grandes desafios para o futuro, em que não poderá haver mais perdas de tempo e em que os municípios e o Governo terão de ser mais rápidos nas respostas, mas admitindo que não acredita que o tecido empresarial do país esteja preparado, devido aos grandes reveses que sofreu com a Covid-19 e com a guerra da Ucrânia, a inflação. O que trará problemas. Continuou referindo que felizmente estão-se a constituir muitas novas empresas em Coimbra, nessa área da construção, mas que as empresas não têm músculo suficiente para os grandes projetos. -----

----- O Presidente da Câmara Municipal de Coimbra concluiu a sua intervenção alertando que serão momentos de grande desafio ao país e às autarquias e que será preciso acelerar a resposta dentro da Câmara Municipal de Coimbra, o que exige contratar mais pessoas. Referiu que os concursos públicos demoram pelo menos um ano e que por isso têm sido abertos concursos

sempre com reserva de recrutamento, o que permite à Câmara recrutar de forma mais célere e assim acelerar e produzir mais. -----

Intervenção Secção Regional do Centro da Ordem dos Enfermeiros -----

----- O Presidente da Secção Regional do Centro da Ordem dos Enfermeiros, Enfermeiro Valter Amorim, cumprimentou o Senhor Presidente e na sua pessoa todos os presentes e iniciou a sua intervenção dizendo que, à semelhança do que tinha referido a Dra. Lúcia Santos, se poderia aproveitar muito dos diferentes *stakeholders* que estavam presentes para, de facto, melhorar aquilo que é a implementação do próprio programa, no sentido de se desenvolver eventos que poderão ser de cada uma das áreas de competência das diferentes *stakeholders* e que, em parceria, em conjugação, não teriam grande respaldo financeiro. Mostrou compreensão pelas dificuldades económicas e financeiras que o Município estava a padecer, e considerou que seria possível desenvolver mais eventos, mais iniciativas, fosse através do incitamento aos *stakeholders* para desenvolver essas atividades, fosse em parceria entre os próprios diferentes *stakeholders* e a Câmara Municipal, em particular no que dizia respeito ao combate à iliteracia, a área mais relevante a seu ver. Referiu que, efetivamente, não se esperava que a Câmara Municipal prestasse cuidados de saúde, que a cidade tem os agentes e entidades próprias para isso, mas que poderá ter um papel absolutamente vital naquilo que é o combate à iliteracia. -----

----- O Enfermeiro Valter Amorim continuou a sua intervenção afirmando que ser letrado na área da saúde e naquilo que medeia a área da saúde era salvar vidas, de uma forma indireta, mas que teria essa incumbência e que teria essa possibilidade. Indicou que seria importante planear um conjunto um conjunto de iniciativas e eventos que fossem muito para além daquilo que eram normalmente este tipo de atividades, focar na diabetes, focar na hipertensão, focar na hipercolesterolemia, um conjunto de epítetos que, na sua opinião, estarão muito gastos, e que, portanto, se deve inovar combatendo a iliteracia do acesso à saúde, acesso às organizações de saúde, aos cuidados de saúde, aos profissionais de saúde, os termos em que se deve fazer e a responsabilidade que está conexas com isso. Acrescentou que eram temas que teriam de ser muito bem fundamentados para que não acontecesse o que tinha sido exposto inicialmente quanto à distância entre a residência do utente e o centro de saúde em que está inscrito, que se traduz em aumento e incremento de gastos para o erário público, clarificando que estas situações se deviam ao desconhecimento não só das responsabilidades próprias, como daquilo que é o funcionamento normal das organizações. Concluiu reiterando que se poderia fazer muita coisa com baixo custo, e que, no que dizia respeito à ordem dos enfermeiros, estaria sempre disponível para continuar a colaborar neste tipo de iniciativas, dado ser função social da ordem, das ordens e de todas as profissões. -----

Intervenção do Presidente da Câmara Municipal de Coimbra -----

----- O Presidente da Câmara Municipal de Coimbra tomou a palavra pedindo aos membros do Conselho que desafiassem o Município, que não aguardassem as reuniões para o fazer, pois as

interações poderiam ser feitas a qualquer altura, com qualquer das organizações ali representadas. Garantiu que a Câmara tentaria corresponder na medida das suas capacidades, referindo que não podiam estar à espera de que a Câmara fizesse tudo, porque nunca vai conseguir fazer tudo, a não ser um dia, quando tiver a estrutura ideal e os recursos todos disponíveis, talvez aí possa acontecer, mas não é previsível. Acrescentou que será preciso que qualquer uma das instituições ali representadas na área da saúde, outras, quando têm ideias e projetos, venham ter com a Câmara, desafiem, procurem, e que dessa interação surja o trabalhar em conjunto, podendo-se fazer coisas muito interessantes, porque a Câmara não tem, no momento, de longe, condições para estar a ir a todas, ou para tomar a iniciativa de ir a todas, não tem uma estrutura que o permita. A estrutura está a ser construída progressivamente, porque sempre que se contrata alguém isso onera os custos dos recursos humanos, reduzindo as verbas disponíveis para investimento, portanto, tem de se progredir em simultâneo, mas, sobretudo, em conjunto com os parceiros. Só assim se conseguirá fazer coisas com verdadeiro impacto. -----

----- O Presidente da Câmara Municipal de Coimbra questionou os presentes se haveria mais intervenções. Não havendo, agradeceu a participação e informou que ainda haveria uma segunda reunião em 2024. -----

----- E nada mais havendo a tratar, pelas dezassete horas e cinco minutos, deu-se por encerrada a sexta reunião do Conselho Municipal de Saúde de Coimbra. -----